

---

## Utilização de psicofármacos por crianças e adolescentes no Brasil: uma revisão integrativa

### Use of psychotropic drugs by children and adolescents in Brazil: an integrative review

---

**Thaís Martins do Nascimento**ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-4206-5936>

Universidade de Brasília, Brasil

E-mail: [thaismartins12@gmail.com](mailto:thaismartins12@gmail.com)**Lais Machado Costa**ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-6308-3194>

Universidade de Brasília, Brasil

E-mail: [laismachado.simone@gmail.com](mailto:laismachado.simone@gmail.com)**Ioneide de Oliveira Campos**ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6803-2725>

Universidade de Brasília, Brasil

E-mail: [ioncampos2016@gmail.com](mailto:ioncampos2016@gmail.com)**Rinaldo Eduardo Machado de Oliveira**ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1684-1456>

Universidade de Brasília, Brasil

E-mail: [rinaldo.eduardo@unb.br](mailto:rinaldo.eduardo@unb.br)

---

#### RESUMO

O objetivo foi conhecer e sintetizar a literatura científica sobre o uso de psicofármacos por crianças e adolescentes no Brasil. Trata-se de uma revisão integrativa a partir de buscas de artigos nas bases de dados Medline/PUBMed, Embase, Scopus, Web of Science e Lilacs, publicados no período entre 2014 e 2024 em português, inglês ou espanhol. Incluíram-se 6 publicações, com diversos métodos de pesquisa, mas a maioria consistia em estudos de utilização dos psicofármacos sob a perspectiva do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (66,7%). Evidenciou-se que o uso de psicofármacos neste grupo etário pode contribuir para a remissão dos sintomas e manifestações clínicas de transtornos mentais e comorbidades. Contudo, foram elencados os potenciais riscos no funcionamento hemodinâmico do organismo e desempenho das ocupações e atividades diárias. Percebeu-se a baixa frequência de artigos a partir dos critérios de elegibilidade para esta revisão. Mas, os artigos ressaltaram a necessidade de ater-se ao uso excessivo de medicamentos entre crianças e adolescentes, bem como, incentivar as abordagens terapêuticas multidisciplinares que favoreçam o cuidado integral.

**Palavras-chave:** Psicotrópicos; Saúde da criança; Saúde do adolescente; Assistência integral à saúde.

---

#### ABSTRACT

The aim was to understand and synthesize the scientific literature on the use of psychotropic drugs by children and adolescents in Brazil. This is an integrative review based on searches for articles in the Medline/PUBMed, Embase, Scopus, Web of Science and Lilacs databases, published between 2014 and 2024 in Portuguese, English or Spanish. Six publications were included, with different research methods, but the majority consisted of studies on the use of psychotropic drugs from the perspective of attention deficit hyperactivity disorder (66.7%). It was shown that the use of psychotropic drugs in this age group can contribute to the remission of symptoms and clinical manifestations of mental disorders and comorbidities. However, the potential risks to the body's hemodynamic functioning and the performance of occupations and daily activities were also highlighted. There was a low frequency of articles based on the eligibility criteria for this review. However, the articles highlighted the need to focus on the excessive use of medication among children and adolescents, as well as encouraging multidisciplinary therapeutic approaches that favor comprehensive care.

**Keywords:** Psychotropic drugs; Child health; Adolescent health; Comprehensive health care.

---

## INTRODUÇÃO

O Brasil apresenta um número expressivo de crianças e adolescentes com cerca de 68,6 milhões de pessoas entre 0 e 19 anos de idade (IBGE, 2022). Uma das principais responsabilidades governamentais é cumprir com seus deveres e garantir os direitos dessa população como estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Sabe-se que o direito à proteção e à vida é garantida a este grupo, mediante a efetivação de políticas públicas sociais que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e adequado, em condições dignas de existência (BRASIL, 1990). Segundo a Fundação ABRINQ (2022), ainda existem fragilidades na efetivação das políticas públicas, fazendo com que nem todas as crianças e adolescentes tenham seu direito à saúde garantido pelo estado.

No contexto da saúde mental, concorda-se que não podemos separá-la da saúde como um todo, porém, existe uma deficiência global nos investimentos em saúde mental em todo o mundo (OPAS, 2021). No Sistema Único de Saúde (SUS) não é diferente, os serviços de saúde mental ainda são de difícil acesso, de financiamento escasso e distribuídos de forma desigual no país. A Política Nacional de Saúde Mental, do Brasil, estabelece as diretrizes e estratégias que organizam a assistência às pessoas que necessitam de cuidados em saúde mental, por meio da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que tem como objetivo reconfigurar a rede de saúde local a partir dos serviços substitutivos de base comunitária e territorial (BRASIL, 2011).

Dentre os equipamentos que oferecem atendimento para a população infanto-juvenil estão os Centros de atenção psicossocial infanto-juvenil (CAPSi), o qual atende crianças e adolescentes que apresentam sofrimento psíquico grave e persistente dentro do seu território habitacional. Um estudo realizado, em 2022, pelo Ministério da Saúde, revelou que atualmente existem 285 CAPSi distribuídos no país (BRASIL, 2022). É intrinsecamente importante o reconhecimento do sofrimento psíquico da infância e na adolescência, pois, a falta de cuidado precoce do sofrimento mental pode gerar mais sofrimentos na vida adulta trazendo sérias de disfunções ocupacionais que podem problematizar a vida deste indivíduo e atingir outras pessoas que convivem a sua volta (BUCHWEITZ, C. et al., 2020).

A medicalização de crianças e adolescentes é um tema complexo e discutido amplamente na sociedade. Entendida como um processo em que as questões da vida

social e moral são transformadas em patologias (ZORZANELLI, R. T. et al., 2018; MINAKAWA, M. M.; FRAZÃO, P., 2019; CAPONI, S., 2009; AMARANTE, P., 2017; ALVES, F. C. C. et al., 2021), a medicalização da população infanto-juvenil, pode trazer potenciais eventos adversos a curto e a longo prazo (DIAS, et al., 2020), como a patologização dos jovens em situação de vulnerabilidade, a biologização da vida e algumas implicações do discurso médico sobre a educação, entre outros (FEBRA, 2019).

Nesse sentido, com o aumento da busca por atendimento psicossocial para crianças e adolescentes, temos cada vez mais este público sendo medicado com psicofármacos que agem no sistema nervoso central, produzindo alterações de comportamento, humor e cognição. Além do crescente número de encaminhamentos aos profissionais da área da saúde, para diagnóstico e tratamento da dislexia e déficit de atenção e hiperatividade, o que impõe discussão e reflexão crítica sobre a medicalização de crianças e adolescentes (TAVERNA, C. S. R., 2011).

No Brasil faz-se necessário identificar a produção científica sobre o uso de psicofármacos por esta faixa etária, bem como os fármacos mais utilizados a fim de subsidiar a discussão das políticas públicas destinadas à integralidade do cuidado (HENNIG, F. e GOMES, R. K., 2020). Neste cenário, o objetivo deste estudo é conhecer e sintetizar a literatura científica sobre o uso de psicofármacos por crianças e adolescentes no Brasil.

## MEDODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa, cuja pergunta foi: “Como ocorre a utilização de psicofármacos por crianças e adolescentes no Brasil?”. A coleta ocorreu por meio de dados secundários obtidos a partir da seleção da literatura estudada. No levantamento dos estudos, optou-se por utilizar artigos e livros indexados nas bases de dados: *Medline/PUBMed*, *Embase*, *Scopus*, *Web of Science* e *Lilacs*, publicados no período entre 2014 e 2024. A estratégia de busca utilizada foi: ((“*psychotropic drugs*”) AND (*child OR “child health” OR “child behavior disorders”*)) AND (*adolescent OR “adolescent health” OR “adolescent development” OR “adolescent psychiatry” OR “neurodevelopmental disorders”*)) AND (*Brazil*). Os critérios adotados para a inclusão dos estudos foram: manuscritos com disponibilidade de texto completo, no período entre 2014 a 2024, em

português, inglês ou espanhol e que possuíam relação com a pergunta do estudo. Como critério de exclusão, foi determinado que fossem excluídos teses, dissertações, monografias, editoriais, artigos em duplicidade e que não se relacionavam com o tema da pesquisa.

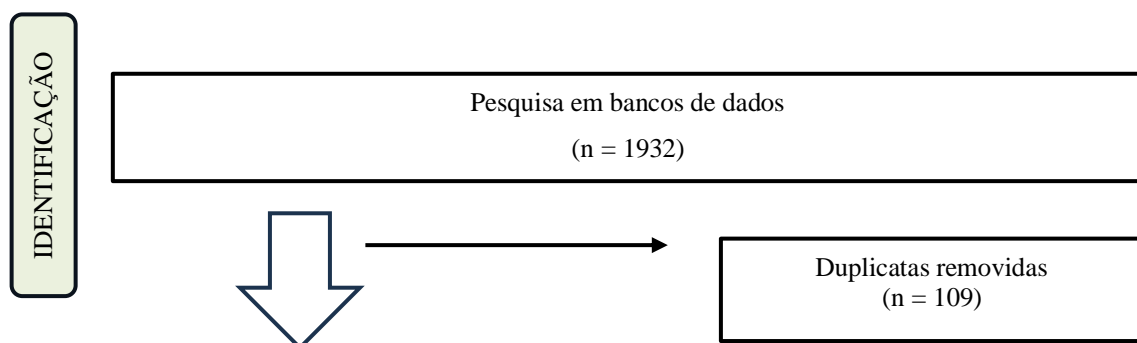
Os estudos selecionados foram organizados em quatro etapas: leitura exploratória, leitura seletiva, fichamento e interpretação. Na primeira etapa, foi realizada a leitura dos títulos, resumos, e principais resultados e discussão das publicações, excluindo-se os estudos, de acordo com os critérios previamente determinados. Posteriormente, realizou-se a leitura seletiva de todos os documentos, e nessa segunda parte houve exclusão de publicações que não mostraram relação com o objetivo de pesquisa. Foi elaborado o fichamento dos estudos selecionados a fim de pontuar e sintetizar os principais conceitos, resultados, temas e críticas relevantes de cada estudo. Por fim, os dados foram categorizados, analisados e discutidos (SOUZA, M. T. et al., 2010).

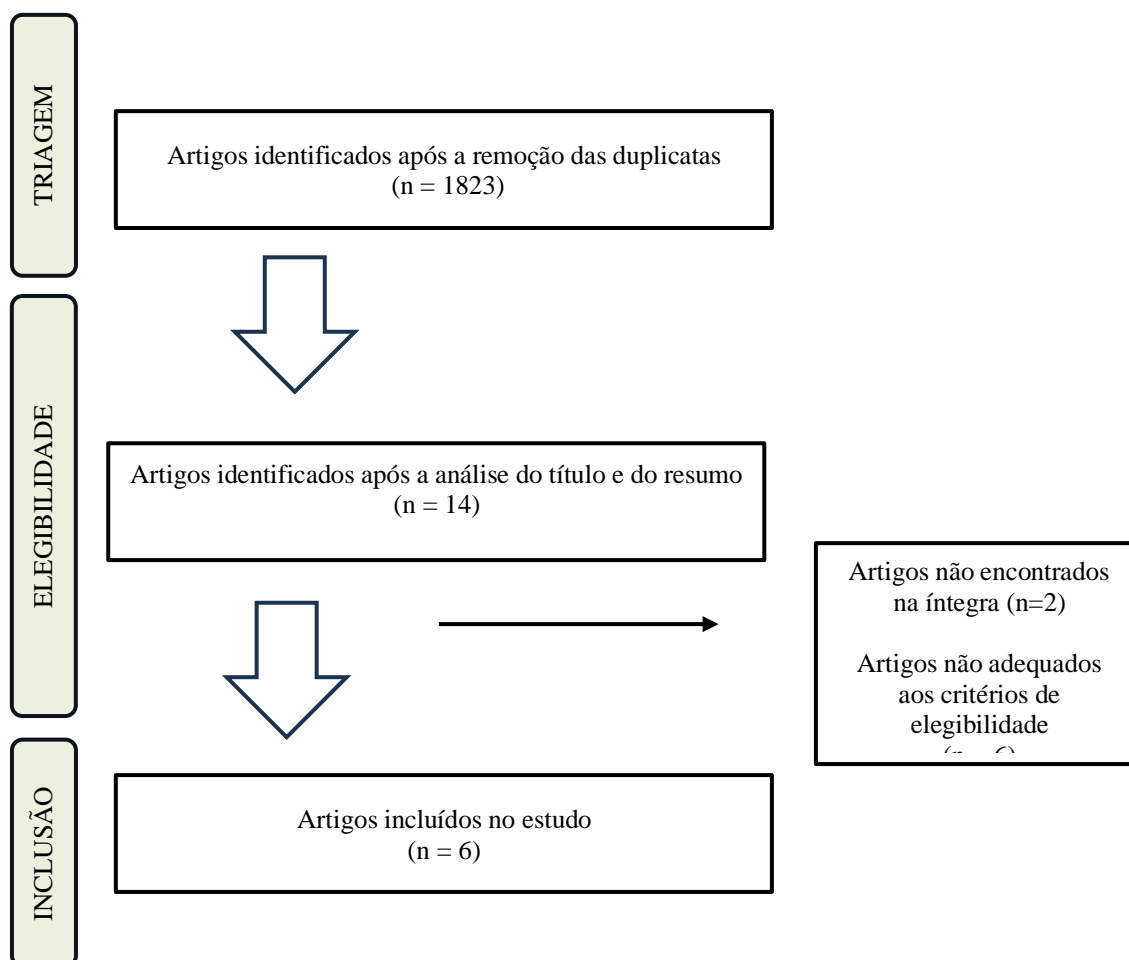
O estudo utilizou as bases de dados sem a restrição ao acesso dos pesquisadores, não estando sujeitos às limitações relacionadas à privacidade, à segurança ou ao controle de acesso. Logo, houve dispensa de submissão ao sistema Comitê de Ética em Pesquisa/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa de acordo com as considerações éticas da Resolução nº 510 de 2016 (CNS, 2016).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta revisão integrativa, foram incluídos 6 estudos a partir dos critérios estabelecidos. A Figura 1 mostra o fluxograma do processo de seleção dos artigos.

**Figura 1** – Fluxograma do processo de seleção dos artigos para a revisão integrativa.





Fonte: Elaborado pelos autores.

O estudo buscou publicações relacionadas à utilização de psicofármacos por crianças e adolescentes no Brasil. Dentre os estudos escolhidos, notou-se que foram publicados no período entre 2015 e 2023, variando entre diferentes tipos de estudo. Dos seis artigos selecionados, 4 investigaram o uso de psicotrópicos na infância e na adolescência relacionados ao transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) e 2 que não abordavam a temática do TDAH. Destes, um investigou os padrões de uso de psicotrópicos por jovens e o outro avaliou o uso de determinado psicotrópico por crianças com diagnóstico de epilepsia refratária.

Além disso, averiguou-se que uma das pesquisas foi realizada virtualmente a partir de formulários eletrônicos e o outro foi uma revisão sistemática com pesquisa em base de dados. Os demais estudos foram realizados em serviços especializados como: Núcleo Interdisciplinar de Atendimento Neuropsicológico Infantil (NANI), do Departamento de Psicobiologia da UNIFESP; Sociedade Brasileira de Neurologia Pediátrica; Hospital de

Clínicas de Porto Alegre (HCPA); Departamento de Epilepsia do Instituto Estadual do Cérebro Paulo Niemeyer (IECPN) no Rio de Janeiro (Quadro 1).

Não foram encontrados estudos que abordaram o uso dos psicofármacos na atenção primária à saúde (APS). Acredita-se que, isso pode ter ocorrido em virtude dos sistemas de informações da APS não serem padronizados no Brasil por conta dos desafios e obstáculos relacionados às diferenças na infraestrutura tecnológica e à qualificação profissional, no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), o que dificulta a mensuração desses dados para a realização de estudos (ZACHARIAS et. al., 2021).

O desfecho relacionado ao uso de psicofármacos por crianças e adolescentes no Brasil, foram variados, porém a validação da importância de um acompanhamento terapêutico multidisciplinar foi unânime. Os estudos mostraram que o país carece de pesquisas sobre a abordagem farmacoterapêutica na população infanto-juvenil e que os poucos estudos que têm apresentam bastante limitações, principalmente quanto ao tamanho relativamente pequeno da amostra, além de limitações quanto a metodologias adotadas nos estudos. Contudo, os estudos enfatizaram a importância do incentivo a pesquisas relacionadas ao tema para melhor intervenção voltada para o público infanto-juvenil.

O Quadro 1 apresenta dados de identificação dos 6 estudos com o título, autores, ano de publicação, periódico, objetivo ou questão de investigação, tipo de estudo, população ou amostra, local de realização do estudo e principais resultados.

**Quadro 1 - Caracterização, objetivos dos estudos e principais resultados.**

Título do artigo/ autores/ano	Periódico	Objetivo/questão de investigação	Tipo de estudo	População/Amostra	Local de realização do estudo	Principais resultados
<i>A 4-year follow-up study of attention-deficit hyperactivity symptoms, comorbidities, and psychostimulant use in a Brazilian sample of children and adolescents with attention-deficit/hyperactivity disorder (PALMA et al., 2015)</i>	<i>Frontiers in Psychiatry</i> , (2015), 6(OCT)	Investigar a persistência dos sintomas TDAH e sua remissão durante 4 anos para rastrear as comorbidades e o uso de psicotrópicos.	Longitudinal e prospectivo	37 pacientes com TDAH e 22 indivíduos saudáveis com idade de 10 à 18 anos.	Núcleo Interdisciplinar de Atendimento Neuropsicológico Infantil (NANI), do Departamento de Psicobiologia da UNIFESP.	- Em 75% persistiu os sintomas e 25% apresentou remissão total. - A persistência dos sintomas pode estar associada a outras comorbidades psiquiátricas e pode se estender à vida adulta. - Apenas 8 participantes usaram metilfenidato pela dificuldade de acesso ao tratamento.
<i>Attitudes and practices in the management of attention deficit hyperactivity disorder among Brazilian pediatric neurologists who responded to a national survey: a cross-sectional study (NUNES, M. E. N. et al., 2023)</i>	<i>São Paulo Medical Journal</i> , (2023), 141(4)	Comparar os resultados da pesquisa feita com neurologistas pediátricos brasileiros sobre condutas diagnósticas e terapêuticas de TDAH com literaturas e diretrizes atuais.	Transversal	548 profissionais atuantes em neurologia pediátrica no Brasil	Questionário Virtual	- 71% usa o DSM ( <i>Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders</i> ) para realizar diagnóstico. - O fármaco mais prescrito é o metilfenidato de ação curta, seguido pelo de ação prolongada e a anfetamina. - A maioria dos especialistas acompanharam os pacientes para acompanhamento terapêutico multidisciplinar.
<i>Cost-utility analysis of methylphenidate treatment for children and adolescents with ADHD in Brazil (MAIA, C. R. et al., 2016)</i>	<i>Revista Brasileira de Psiquiatria</i> , (2016), 30-38, 38(1)	Realizar uma análise de custo-benefício do tratamento de TDAH no sistema de saúde pública em um país de renda média/baixa.	Estudo de avaliação econômica de tecnologias em saúde do tipo custo-utilidade.	171 pacientes com TDAH com idades entre 6 e 17 anos	Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), Brasil	- A maioria dos pacientes não atingiu sua melhor dose devido à incapacidade de sustentar o custo financeiro do tratamento com metilfenidato de liberação imediata ( <i>MPH-IR</i> ). - Destacou-se que cabe ao SUS ofertar o tratamento efetivo para o TDAH visando o custo-benefício relacionado a economizar outros possíveis gastos na saúde e na educação.



Título do artigo/ autores/ano	Periódico	Objetivo/ questão de investigação	Tipo de estudo	População/Amostra	Local de realização do estudo	Principais resultados
<i>Methylphenidate in children in Brazil: Critical analysis of scientific publications from 2004 to 2014</i> ( MARTINS, F. A. G. et al. , 2015)	Revista Neurociências, (2015), 190-204, 23(2)	Analisar a literatura científica brasileira sobre efeitos do uso do Metilfenidato em escolares com diagnóstico de TDAH.	Revisão sistemática	17 artigos brasileiros publicados entre 2004 e 2014 abordando crianças e adolescentes inseridos no contexto escolar diagnosticados com TDAH utilizando Metilfenidato	<i>Medline via Pubmed, Portal BVS, Scielo e Portal Capes</i>	- No Brasil é muito comum a utilização do metilfenidato apesar de carcer em estudos acerca de seus efeitos e uso; - O estudo sugere investigações a respeito da anti-dependência do medicamento para melhor eficácia no tratamento de crianças e adolescentes com TDAH.
<i>Taking pills for developmental ails in Southern Brazil: The biologization of adolescence?</i> ( BEHAGUE, D. P. , 2015)	<i>Social Science and medicine</i> , (2015), 320-328, 143	Investigar a evolução dos padrões de uso de psicotrópicos entre a população jovem em Pelotas, sul do Brasil.	Estudo etnográfico longitudinal	96 jovens e suas famílias (uma amostra de um conjunto de participantes entrevistados no inquérito de 1997 do estudo de coorte de nascimentos de Pelotas)	Inquérito de 1997 do estudo de coorte de nascimentos de Cidade de Pelotas, Região Sul do Brasil.	- Verificou-se elevadas taxas de uso de psicotrópicos entre os jovens estudados mesmo com os esforços dos psiquiatras em equilibrar as intervenções psicoterapêuticas com as psicotrópicas.
<i>Use of lacosamide in children: experience of a tertiary medical care center in Brazil</i> ( ROMÃO, T. T. et al., 2022)	Arquivos de Neuro-Psiquiatria, (2022), 1090-1096, 80(11)	Avaliar uma coorte de crianças com epilepsia refratária que receberam o medicamento Lacosamida como terapia adjuvante e observar a resposta e a tolerabilidade ao tratamento.	Coorte retrospectiva	26 crianças menores de 16 anos com epilepsia refratária tratadas com Lacosamida por pelo menos 3 meses entre janeiro de 2014 e junho de 2018.	Departamento de Epilepsia do Instituto Estadual do Cérebro Paulo Niemeyer (IECPN) no Rio de Janeiro, Brasil	- O estudo sugere que a lacosamida seja uma opção a ser considerada no tratamento de crianças com epilepsia refratária, pois, 73,1% dos participantes apresentaram redução de mais de 50% na frequência das crises.

Fonte: Elaborado pelos autores.



Conforme observado no Quadro 1, temos que aproximadamente 66,7% dos artigos selecionados investigaram a temática estudada sob a perspectiva do TDAH. Segundo Ayano et. al. (2023), a prevalência global de TDAH entre crianças e adolescentes é de 8% e essa prevalência foi duas vezes maior em meninos (10%) em comparação com meninas (5%). A Organização Mundial da Saúde (OMS) também pesquisou 20 países de renda média-baixa e alta. Isso revelou que os EUA têm a maior taxa de TDAH, com 8,1% em crianças e adolescentes. Os três mais baixos são o Iraque, com 0,1%, a Polônia, com 0,3%, e a Romênia, com 0,4% (*WORLD POPULATION REVIEW*, 2024).

No Brasil, a prevalência de TDAH é estimada em 7,6% em crianças e adolescentes com idade entre 6 e 17 anos, 5,2% nos indivíduos entre 18 e 44 anos e 6,1% nos indivíduos maiores de 44 anos (BRASIL, 2022). O TDAH é um distúrbio do neurodesenvolvimento de grande relevância, pois pode impactar a vida do indivíduo, comprometendo seu desempenho nas atividades diárias e em suas ocupações. Caracteriza-se por desatenção, dificuldade de concentração em atividades laborais, impulsividade e hiperatividade inadequada para a idade. Embora os sintomas do TDAH manifestam-se na infância, impactando principalmente o aproveitamento escolar, eles podem persistir até a vida adulta afetando suas relações familiares e seu desempenho efetivo nos papéis ocupacionais (Di Lorenzo et. al., 2021).

Um dos estudos investigou a persistência dos sintomas do TDAH e sua remissão ao longo de quatro anos, rastreando comorbidades e o uso de psicotrópicos. No entanto, o artigo não mencionou se os pacientes que apresentaram remissão total dos sintomas após quatro anos foram os mesmos que receberam tratamento farmacológico. Neste viés, observou-se que a persistência desse transtorno pode estar associada a comorbidades e outras condições psiquiátricas, o que demanda diagnóstico e tratamento individualizados (PALMA, S. M. M. et al., 2015).

O diagnóstico do TDAH é realizado de maneira clínica considerando a tríade sintomática (impulsividade-hiperatividade-desatenção) incluída no DSM-IV (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*), há alguns profissionais que utilizam a CID-10 (Classificação Internacional de Doenças - décima edição) para realizar o diagnóstico, porém, o estudo Nunes et. al., 2023, mostrou que 71% dos profissionais preferem o DSM-IV por sua maior aplicabilidade clínica (NUNES, M. E. N., 2023).

Para o cuidado com a saúde mental infantojuvenil, incluindo o tratamento do TDAH e de outros transtornos do neurodesenvolvimento preconiza-se a intervenção

multidisciplinar, incluindo intervenções não medicamentosas (precisamente intervenções cognitivas e comportamentais) para melhora dos sintomas deste transtorno, no controle executivo e no funcionamento ocupacional e social (BRASIL, 2022). No entanto, é comum a utilização do fármaco como coadjuvante no tratamento por sua ação no sistema nervoso central impactando diretamente no comportamento (ESHER, A. e COUTINHO, T., 2017).

Ainda neste contexto, o uso de psicofármacos nesta faixa etária tem como objetivo realizar uma modulação comportamental ou remissão dos sintomas causados pelos transtornos, então podem surgir a necessidade do uso da medicação pela apresentação de agitação psicomotora, desatenção, hiperatividade, letargia, dificuldade de aprendizagem, agressividade excessiva, comportamentos de autolesão e hetero lesão, convulsões e outras manifestações clínicas que podem ser modeladas por fármacos que agem diretamente no sistema nervoso central. Com isso, evidenciou-se o quanto se tornou comum para escolas e famílias o controle do comportamento das crianças por meio da medicalização, resultando em uma relação padronizada com baixo investimento nos aspectos emocionais e éticos (SILVA, O. R. T. e SILVEIRA, M. M., 2019).

Os medicamentos psicotrópicos mais prescritos por neurologistas pediátricos são o metilfenidato de ação curta (85,2%), o metilfenidato de ação longa (53,9%), as anfetaminas (21,9%) e outros fármacos como, antidepressivos tricíclicos, bupropiona e clonidina (33,6%), (Nunes et. al., 2023).

Outro estudo buscou realizar uma comparação quanto ao custo-benefício do uso do metilfenidato de liberação imediata (*MPH-IR*) para o tratamento do TDAH em crianças e adolescentes no Brasil e mensurou os gastos do tratamento eficaz comparado aos gastos em saúde e educação, tendo em vista que o público estudado demandaria de maior investimento nestas áreas devido suas necessidades individuais (MAIA et. al., 2016).

Em um estudo realizado no Brasil, foi realizada uma análise crítica do uso do metilfenidato nas crianças, pois, o Brasil é um dos países que mais consomem este medicamento no mundo. Como resultado, o estudo evidenciou que a produção científica sobre os efeitos e de seu uso não corresponde a quantidade utilizada pelo país, apresentando poucas evidências sobre o tema e a necessidade de mais pesquisas. (MARTINS et. al., 2015)

Em 2022 foi estudado por Romão et al. a opção farmacoterapêutica da lacosamida para o tratamento de epilepsia refratária em crianças e adolescentes. No Brasil, este medicamento foi registrado em 2014, mas ainda não está aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária para uso em crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos. Além disso, não é um medicamento disponível na Relação de Medicamentos Essenciais (BRASIL, 2022).

Em contrapartida, no estudo de Béhague (2015), propõe em seu texto uma reflexão crítica acerca da medicalização psicotrópica em jovens no Brasil. No estudo, foi relatado sobre a trajetória de uso de psicofármacos de alguns jovens e os prejuízos ocupacionais obtidos, o texto evidencia a importância do tratamento adjunto à intervenção psicoterápica e principalmente a intervenção multidisciplinar.

Existem estudos que mostraram a eficácia da Integração Sensorial de Ayres® (SCHAAF, 2013), também da ciência *Applied Behavior Analysis* (ABA), (MEDEIROS, 2021), para uma modulação comportamental e aquisição de habilidades para crianças que apresentam sintomas associados aos transtornos do neurodesenvolvimento como o Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou o próprio TDAH, essas abordagens podem ser aplicadas como estratégia de enfrentamento de tais transtornos na infância e na adolescência e para a prevenção do uso excessivo de medicamentos neste período da vida (ZIMMER, M. et al., 2012; SCHOEN, S.A. et al., 2019;).

Quanto à limitação desta revisão integrativa, ressalta-se o número de artigos incluídos. Além disso, os estudos selecionados mostraram que o país carece de pesquisas sobre a abordagem farmacoterapêutica na população infanto-juvenil, sendo que os poucos estudos disponíveis apresentavam limitações, especialmente em relação ao tamanho amostral e métodos empregados. Contudo, acredita-se que esta revisão contribui para apresentar o panorama da utilização de psicofármacos no período investigado e possibilita novos *insights* para os pesquisadores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se a baixa frequência de artigos a partir dos critérios de elegibilidade para esta revisão. Contudo, os artigos incluídos, ressaltaram a necessidade de ater-se ao uso excessivo de medicamentos entre crianças e adolescentes, bem como, incentivar as abordagens terapêuticas multidisciplinares que favoreçam o cuidado integral.

## REFERÊNCIAS

ALVES, F. C. C. et al. **A medicalização da infância na contemporaneidade: revisão integrativa.** S.l.: Mental [online]. 2021, vol.13, n.24, pp. 1-25. ISSN 1679-4427.

AMARANTE, P. **Saúde mental, desinstitucionalização e novas estratégias de cuidados.** In: GIOVANELLA, L. et al. (org.). *Políticas e sistemas de saúde no Brasil.* 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, [s.d.].

ANVISA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Consulta de Medicamentos - Anvisa.** Disponível em: <https://consultas.anvisa.gov.br/#/medicamentos/q/?substancia=25571>. Acesso em: 06 ago. 2024.

AYANO, G. et al. ***The global prevalence of attention deficit hyperactivity disorder in children and adolescents: An umbrella review of meta-analyses.*** S.l.: *J Affect Disord.*, 2023. Oct 15; 339:860-866. Doi: 10.1016/j.jad.2023.07.071. Epub 2023 Jul 24. PMID: 37495084.

BÉHAGUE, D. P. ***Taking pills for developmental ails in Southern Brazil: The biologization of adolescence?*** S.l.: *Social Science and Medicine*, 2015. 143, 320–328. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2014.11.028>. Acesso em: 03 jul. 2024.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 13563, 16 jul. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 22 mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Dados da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).** Publicado em 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/caps/raps/arquivos/dados-da-rede-de-atencao-psicossocial-raps.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2024.

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. **Institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).** Brasília: Diário Oficial da União; 2011. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088\\_23\\_12\\_2011.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011.html). Acesso em: 07 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Relação Nacional de Medicamentos Essenciais Rename 2022.** ISBN 978-65-5993-140-8. Disponível em:

[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relacao\\_nacional\\_medicamentos\\_2022.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relacao_nacional_medicamentos_2022.pdf). Acesso em: 06 ago. 2024.

BRASIL. Portaria Conjunta nº 14, de 29 de julho de 2022. **Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/pcdt/arquivos/2022/portaria-conjunta-no-14-pcdt-transtorno-do-deficit-de-atencao-com-hiperatividade-tdah.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2024.

BUCHWEITZ, C. et al. **Fórum de Políticas Públicas em Saúde Mental**. Brasília: FUNDAÇÃO JLES. *White Paper*, 2020. Disponível em: [https://fundacaojles.org.br/wp-content/uploads/2022/02/WhitePaper\\_Forum\\_Politica\\_Publicas\\_SAUDE\\_MENTAL\\_2021208\\_rev.pdf](https://fundacaojles.org.br/wp-content/uploads/2022/02/WhitePaper_Forum_Politica_Publicas_SAUDE_MENTAL_2021208_rev.pdf). Acesso em: 01 abr. 2024.

CAPONI, S. **Biopolítica e medicalização dos anormais**. S.l.: *Physis* [online], [s.d.]. vol.19, n. 2, p. 529-549. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000200016>. Acesso em: 10 ago. 2024.

CNS, Conselho Nacional de Saúde. (2016). Resolução nº 510/2016 – **Dispõe sobre a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. Brasil: Ministério da Saúde, Brasília, DF.

WORLD POPULATION REVIEW. **ADHD Rates by Country 2024**. World Population Review, 2024. Disponível em: <https://worldpopulationreview.com/country-rankings/adhd-rates-by-country>. Acesso em: 01 abr. 2024.

DIAS, P. F. et al. **Contexto e consequências do uso de psicofármacos em crianças e adolescentes**. S.l.: RESU – Revista Educação em Saúde, 2020. V8, suplemento 1.

DI LORENZO, R. et al. *Children and adolescents with ADHD followed up to adulthood: a systematic review of long-term outcomes*. S.l.: *Acta Neuropsychiatr.*, 2021. Dec;33(6):283-298. doi: 10.1017/neu.2021.23. Epub 2021 Aug 13. PMID: 34384511.

ESHER, A.; COUTINHO, T. **Uso racional de medicamentos, pharmaceuticalização e usos do metilfenidato**. S.l.: Ciência & Saúde Coletiva, 2017. v. 22, n. 8, p. 2571-2580. DOI: 10.1590/1413-81232017228.08622017.

FEBRA PSI, Federação Brasileira de Psicanálise. **A medicalização na infância e na adolescência**. Observatório Psicanalítico, [S.l.], n. 117, p. 1-14, 2019. ISSN 2595-027X. Disponível em: <https://febrapsi.org/publicacoes/observatorio/a-medicalizacao-na-infancia-e-na-adolescencia/>. Acesso em: 07 jun. 2024.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Cenário da infância e adolescência no Brasil, 2022.** Disponível em: [https://fadc.org.br/sites/default/files/2022-03/cenario-da-infancia-e-adolescencia-no-brasil-2022\\_0.pdf](https://fadc.org.br/sites/default/files/2022-03/cenario-da-infancia-e-adolescencia-no-brasil-2022_0.pdf). Acesso em: 22 mai. 2024.

HENNIG, F.; GOMES, R. K. **A medicalização na infância e o crescimento do uso de psicofármacos por crianças no Brasil.** S.l.: REVISTA DE EXTENSÃO E INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNISOCIESC, 2020. v. 2, n. 2, p. 13-30, 2 nov.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama do Censo 2022.** Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 22 mai. 2024.

MAIA, C. R. et al. *Cost-utility analysis of methylphenidate treatment for children and adolescents with ADHD in Brazil.* S.l.: Revista Brasileira de Psiquiatria, 2016. 38(1), 30–38. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1516-4446-2014-1516>. Acesso em: 03 jul. 2024.

MARTINS, F. A. G. et al. *Methylphenidate in children in Brazil: Critical analysis of scientific publications from 2004 to 2014.* S.l.: Revista Neurociências, 2015. 23(2), 190–204. Disponível em: <https://doi.org/10.4181/RNC.2015.23.02.996.15p>. Acesso em: 03 jul. 2024.

MEDEIROS, D. S. **As contribuições da Análise do Comportamento (ABA) para a aprendizagem de pessoas com autismo: uma revisão da literatura.** Salvador, BA: *Estudos IAT*, 2021. v. 6, n. 1, p. 63-83, jun.

MINAKAWA, M. M.; FRAZÃO, P. **Bases teóricas dos processos de medicalização: um olhar sobre as forças motrizes.** São Paulo: Hucitec, 2019.

NUNES, M. E. N. et al. *Attitudes and practices in the management of attention deficit hyperactivity disorder among Brazilian pediatric neurologists who responded to a national survey: a cross-sectional study.* São Paulo: *Medical Journal*, 2023. 141(4). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1516-3180.2021.0966.R1.20092022>. Acesso em: 03 jul. 2024.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Relatório da OMS destaca déficit global de investimentos em saúde mental.** 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/8-10-2021-relatorio-da-oms-destaca-deficit-global-investimentos-em-saude-mental>. Acesso em: 22 mai. 2024.

PALMA, S. M. M. et al. *A 4-year follow-up study of attention-deficit hyperactivity symptoms, comorbidities, and psychostimulant use in a Brazilian sample of children and adolescents with attention-deficit/hyperactivity disorder.* S.l.: *Frontiers in Psychiatry*, 2015. 6(OCT). Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fpsy.2015.00135>. Acesso em: 03 jul. 2024.

ROMÃO, T. T. et al. *Use of lacosamide in children: experience of a tertiary medical care center in Brazil*. S.l.: Arquivos de Neuro-Psiquiatria, 2022. 80(11), 1090–1096. Disponível em: <https://doi.org/10.1055/s-0042-1758366>. Acesso em: 03 jul. 2024.

SCHAAF, R.C. et al. *An intervention for sensory difficulties in children with autism: a randomized trial*. S.l.: *J Autism Dev Disord.*, 2014. Jul;44(7):1493-506. doi: 10.1007/s10803-013-1983-8. PMID: 24214165; PMCID: PMC4057638.

SILVA, O. R. T.; SILVEIRA, M. M. **O uso de psicofármacos por crianças e adolescentes em um Centro de Atenção Psicossocial Infantil**. S.l.: Revista Psicologia: Ciência e Profissão, 2019. vol. 31, n. 2, p. 210-218. DOI: 10.14450/2318-9312.v31.e2.a2019.pp210-218.

SCHOEN, S.A. et al. **A systematic review of ayres sensory integration intervention for children with autism**. S.l.: *Autism Res.* 2019 Jan;12(1):6-19. doi: 10.1002/aur.2046. Epub 2018 Dec 12. PMID: 30548827; PMCID: PMC6590432.

SOUZA, M. T. et al. **Revisão integrativa: o que é e como fazer**; S.l.: Einstein. 2010; 8(1 Pt 1):102-6.

TAVERNA, C. S. R. **Medicalização de Crianças e Adolescentes**. S.l.: Resenhas. *Psicol. Esc. Educ.*, 2011. 15 (1). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572011000100018>. Acesso em: 01 abr. 2024.

ZACHARIAS, F.C.M. et al. **e-SUS Atenção Primária: atributos determinantes para adoção e uso de uma inovação tecnológica**. S.l.: *Cad. Saúde Pública*, 2021. 37(6):e00219520. doi: 10.1590/0102-311X00219520. Disponível em: <https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/7699/17189>. Acesso em: 01 abr. 2024.

ZIMMER, M. et al. **Sensory Integration Therapies for Children With Developmental and Behavioral Disorders**. S.l.: *Pediatrics*. 2012 Jun;129(6):1186-9. doi: 10.1542/peds.2012-0876. Epub 2012 May 28. PMID: 22641765.

ZORZANELLI, R. T. et al. **Um panorama sobre as variações em torno do conceito de medicalização entre 1950-2010**. S.l.: *Ciência e Saúde coletiva*, 2018. v. 19, n. 16, p. 1859-1868.